

Gian Mario Giuliani

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.
Largo de São Francisco de Paula, n. 1 (Centro) – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: giuliani@ifcs.ufrj.br

A questão ecológica, a indústria e o capitalismo

Iniciemos nos perguntando: a questão ecológica e a preocupação com os problemas ambientais são frutos de um inquietante desconforto real ou são simplesmente uma moda efêmera? Será que estas não passam de um recurso ideológico destinado a substituir as grandes questões mobilizadoras, até poucas décadas atrás, e que hoje se encontram bastante enfraquecidas? Pretenderiam elas esconder os problemas do empobrecimento, da exploração, dos conflitos de interesse entre as classes?

Nós acreditamos que o alcance da questão ecológica seja mais profundo do que parece ser e que esta já não possa ser reduzida à soma dos inúmeros problemas ambientais, objeto de preocupação crescente. A questão ecológica mostra a incapacidade de um sistema social de produção e consumo de manter suas formas e ritmos de crescimento sem acabar destruindo as próprias condições de sua reprodução. A impor-

tância que esta questão tem assumido nas últimas três décadas não se deve tanto às diferentes crises ambientais espalhadas em todas as regiões do planeta, já que desequilíbrios e crises entre sociedades e meio ambiente têm acompanhado a história do surgimento e da queda das diversas civilizações. O que é absolutamente novo é que as crises locais e regionais estão se tornando sempre mais agudas pela influência de crises globais, tais como o aquecimento e as perturbações climáticas, as chuvas ácidas, a escassez crescente de água doce, a expansão das áreas desertificadas, o buraco na camada do ozônio e o perigo do holocausto nuclear. Pela primeira vez na história da humanidade, todas as civilizações estão, de qualquer maneira, caminhando para situações catastróficas, entendidas estas como situações em que, de forma mais ou menos traumática e dolorosa, acabarão uma ordem impondo a necessidade de novas relações entre os homens e entre estes e a natureza. É verdade que tal perigo não ameaça todo mundo da

mesma forma, na mesma intensidade e com a mesma iminência. As populações que já sofrem as catástrofes sociais, as que não têm tecnologia nem capital, as que são empurradas sempre mais longe dos centros de produção e consumo, as mais pobres e marginalizadas são as que mais intensa e rapidamente sofrem os problemas do esgotamento do solo, da penúria de água, da falta de moradia e de alimentos. A questão ecológica, portanto, diz respeito, ao mesmo tempo, às relações entre os homens e às relações destes com a natureza, entendida como seu meio ambiente e fornecedora de meios de vida. O capitalismo é o sistema social responsável por esta questão, tanto porque a produziu historicamente, como porque nesse sistema se desenvolveu uma consciência crítica a seu respeito, juntamente à idéia de que sua solução só pode ser encontrada em uma nova forma de organização social.

Sabemos que o capitalismo se funda em três grandes pilares: a “irracional” racionalidade organizativa *a posteriori* de suas relações econômicas (o mercado), em que a competição para a obtenção do maior lucro é sua linfa vital; a racionalidade *a priori* de sua organização técnico- produtiva (a indústria), que é ao mesmo tempo seu instrumento prático e seu pressuposto para a realização do lucro; um sistema de idéias que, através de racionalizações, redesenha o todo como sendo a maneira mais desejável de se viver. Se nós mantivermos separados os três pilares, poderíamos chegar a dizer que: a organização social e econômica é responsável pela devastação social, isto é, pela exploração e o empobrecimento dos homens; a organização técnico- produtiva, a indústria, é responsável pela devastação da natureza; a ideologia capitalista é responsável pelo aniquilamento de qualquer forma de pensamento crítico e criativo. No entanto, cabe a este respeito uma maior ponderação.

Até os anos de 1960, qualquer idéia de sociedade alternativa à capitalista apontava para a necessidade de uma nova organização econômica, fundada na socialização dos

meios produtivos e na planificação da produção, acompanhada de uma nova ideologia, fundada no igualitarismo socialista. A organização técnico- produtiva, baseada na indústria, nunca foi decididamente questionada antes desse período, embora já no decorrer de todo o século passado tenham sido manifestadas preocupações para com a destruição da natureza, principalmente das florestas e dos animais selvagens que estavam sendo decimados a um ritmo acelerado¹. É somente nos anos de 1950 que começam a se ter as primeiras manifestações organizadas contra os elementos técnico- produtivos como sendo perigosos para vida dos homens. Tais movimentos, que se iniciaram na luta contra os armamentos e as usinas nucleares, abriram o caminho, ao mesmo tempo, para a luta contra os efeitos poluidores da indústria e para as idéias conservacionistas, até então restritas a seletos círculos de intelectuais e naturalistas. Estas três frentes de luta se alimentaram reciprocamente até se confundirem, nas décadas sucessivas com os diversos estudos que alertam para o perigo de crises globais². Depreciativamente chamados de “catastrofistas”, tais estudos muito têm contribuído para reorientar as perspectivas de várias disciplinas científicas³ e que colocaram como

urgente a necessidade não só de uma maior integração interdisciplinar, mas de uma profunda revisão dos paradigmas da ciência moderna.

Devido à grande visibilidade ganha pelas diversos problemas ambientais e ecológicos apontados pela atividade crescente desses movimentos, e devido ao fato de que sua mobilização e suas lutas não se ligam imediatamente às lutas anticapitalistas, tradicionalmente conduzidas contra a organização econômica e de classe, poderíamos estar tentados em considerá-las pouco ou nada efetivas, porque dirigidas contra somente o aparato técnico- produtivo do capitalismo e não contra o seu coração, firmemente assentado dentro de sua organização econômica e bem protegido por seu sistema de idéias. Antes, porém, de ceder a esta tentação, deveríamos refletir sobre as seguintes questões. Se nós superássemos este tipo de relações sociais e adotássemos aquelas de uma organização socialista, estaríamos automaticamente em condição de superar também as crises ambientais? Em outras palavras, será que a eliminação das diferenças entre os que têm muito e os que têm pouco ou nada é suficiente para eliminar os depredadores e os poluidores. Ou,

• • • • •

¹ A primeira associação de ecologistas, a British Ecological Society, foi fundada em 1913 em Londres por uma cinquentena de naturalistas, na sua maioria britânicos, e já se preocupava com os danos provocados pela expansão da indústria.

² Entre os mais abrangentes, ver: MEADOWS, H. Donella, et alli, *The limits to growth*, New York, Universe Book, 1972; dos mesmos autores, *Beyond the limits*, White River Junction, Vermont, Chelsea Green Publishing Company, 1992.; BRUNTLAND and World Commission on Environment and Development, *Our Common Future*, London, Oxford University Press, 1987.

³ O desenvolvimento da Sociologia do Meio Ambiente, da Economia Ecológica, da Ecologia Humana.

por outro ângulo, como se pergunta Cianciullo (1992)⁴, a tutela do meio ambiente deve ser considerada um luxo reservado aos que estão de barriga cheia ou é um pressuposto para a existência de todas as barrigas?

Os homens, enquanto seres naturais, estão na natureza e vivem, como todos os outros seres naturais, do intercâmbio com esta. No entanto, eles são os únicos que têm aprendido, para viver, a se servir de instrumentos “exosomáticos”, externos a seu próprio corpo, através dos quais aprenderam a produzir os meios de sua vida transformando a própria natureza. Não é somente por este motivo que os homens são uma espécie única no mundo natural. O são também porque, como dizia Marx, os homens ao produzirem os meios de sua vida, produzem ao mesmo tempo as relações entre eles e as idéias sobre si próprios e os outros homens. A evolução das sociedades humanas é ao mesmo tempo a evolução de suas relações sociais, de suas idéias, de seus meios produtivos e de seus meios exosomáticos de vida. É verdade que todas as sociedades anteriores ao capitalismo se serviram da natureza, nem sempre de maneira respeitosa de seus ritmos de reprodução, sendo as florestas as que mais sofreram os ataques e a depredação dos povos agricultores e da expansão das cida-

des. Porém, é também verdade que a sociedade capitalista, com seu sistema produtivo industrial, é a única que tem causado estragos na natureza em nível global e é a primeira que tem exposto concretamente a humanidade ao perigo do holocausto geral produzido por um possível conflito nuclear.

Antes de tudo, podemos dizer que o capitalismo e a indústria não são duas formas sociais separáveis, nem historicamente, nem sociologicamente. O processo de acumulação capitalista se dá com a concentração dos meios produtivos e da riqueza nas mãos de uma classe, e é importante lembrar que inicia com a privatização da propriedade da terra como o mais importante bem produtivo proporcionado pela natureza. Esse processo permitiu a expropriação dos camponeses e sua transformação em proletários, disponíveis, mesmo que não imediatamente dispostos, a trabalhar como assalariados⁵. Mais tarde, a revolução industrial permite uma nova forma de exploração do trabalho e de apropriação da natureza através do avanço tecnológico. É novamente Marx⁶ o que melhor descreve como as máquinas e as novas fontes de energia acabam eliminando os últimos resquícios da natureza biológica do homem que limitam a expansão produtiva. Com efeito, quando a ferramenta passa das mãos do traba-

lhador para ser parte de uma máquina, a capacidade de produzir já não tem mais as limitações dos homens: a máquina não cansa, não precisa dormir, pode trabalhar 24 horas durante 7 dias por semana; seu ritmo pode ser regulado conforme as exigências da produção; as ferramentas podem ser gigantescas por serem manobradas por braços mecânicos, cuja força nenhum homem poderia ter; os produtos saem das fábricas uniformemente produzidos, não dependendo mais das diferentes habilidades dos produtores, nem das condições emocionais muito variáveis destes. Não somente os limites produtivos impostos pela biologia humana são definitivamente transpostos e, com isso, também a desumanização do trabalho alcança seu apogeu pela separação definitiva do homem de sua força de trabalho; mas também o aparato produtivo, composto por essas máquinas sempre mais gigantescas, parece devorar a natureza movida por uma fome insaciável e crescente.

O sistema de produção industrial, por ser o mais eficiente e lucrativo, se torna rapidamente a própria expressão da evolução capitalista e, ideologicamente por extensão, do progresso da humanidade. A expansão global da indústria se dá pela dominação desta sobre qualquer outro sistema produtivo e pela destruição de qualquer outra forma de

• • • • •
 • ⁴ Ver: CIANCIULLO, Antonio, *Atti contro natura: la salvezza dell'ambiente e i suoi falsi profeti*, Milano, Feltrinelli, 1992.

• ⁵ Ver: MARX, Karl, *O Capital*, I Livro, Cap. XXIV, “*La llamada acumulación originaria*”; México, Fondo de Cultura Económica, 1975.

• ⁶ Idem, op. cit., Cap. XIII, “*Maquinaria y gran industria*”, Fondo de Cultura Económica, México, 1975.

vida produtiva não capitalista com que entra em contato. Os próprios Marx e Engels não podem esconder o seu entusiasmo para com o sistema industrial, propiciador dos novos tempos, que levariam à superação da sociedade capitalista, mesmo após terem teorizado a respeito da desumanização do homem pelo trabalho alienado e a desnaturalização da natureza por ser concebida na sociedade capitalista unicamente como reservatório de bens econômicos⁷ e após ter mostrado os enormes e desumanos sofrimentos trazidos à classe trabalhadora pelo rápido desenvolvimento da indústria⁸. A industrialização não só é assumida pelos autores como a expressão do mais alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas se impõe mais tarde como a meta mais ambicionada por todas aquelas sociedades que a partir de 1917 se tornam socialistas e que adotam uma economia planificada.

Nesse novo tipo de sociedade, as relações sociais devem ser bastante diferentes das que predominam no capitalismo. Em primeiro lugar, a mais valia produzida socialmente deveria ser reapropriada também socialmente, através da redistribuição da riqueza com maior equidade e da possibilidade de todos terem o acesso aos ser-

viços que são fundamentais para a reprodução social, como educação, saúde, habitação, transporte e lazer. Em segundo lugar, a produção na sociedade socialista deveria ser planificada, isto é, dever-se-ia produzir em função de uma definição racional *a priori* do tipo e da qualidade dos bens e produtos necessários à população, sem criar artificialmente a demanda do que já foi produzido, para continuar produzindo sempre mais. Conseqüentemente, é razoável pensar que em uma sociedade socialista, a relação entre o sistema produtivo e o aproveitamento da natureza tenha que ser diferente, menos depredadora, daquela que domina em uma sociedade capitalista. Portanto, em uma sociedade socialista tanto a exploração dos trabalhadores deveria ser fortemente atenuada, como a exploração da natureza deveria ser mais racional e controlada. No entanto, não temos muitas provas disso. Ao contrário, ainda são lembranças pavorosas as que se referem ao desastre nuclear de Chernobil e é tão assustador o ritmo da perda de floresta na China, quanto o que acontece na Amazônia. De fato, as sociedades que instauraram o socialismo tiveram que conviver com as sociedades capitalistas, em parte de forma competitiva no plano geopolítico

e no mercado internacional, em parte de forma interdependente, sobretudo no plano da troca de mercadorias, de tecnologia e de serviços. Esta convivência fez com que a base técnico-material da produção nos dois tipos de sociedade não fosse muito diferente, mesmo estando inseridas em relações sociais bem distintas. O que a história nos tem mostrado é que, pelo menos nos países socialistas do leste europeu, o desenvolvimento das forças produtivas se manteve na mesma trajetória do desenvolvimento e modernização do capitalismo⁹. Não queremos atribuir as causas dos fenômenos sociais a um único fator, mas nos parece provável que um dos elementos que contribuíram para a crise das economias socialistas do leste europeu foi justamente o fato de ter desenvolvido um modelo industrial que não era nem produtivamente tão eficiente quanto o das sociedades capitalistas e nem minimamente alternativo com relação à exploração da natureza.

Podemos chegar assim a pelo menos duas deduções. A primeira, é que os problemas ambientais, tanto nas sociedades capitalistas, quanto nas socialistas, têm a mesma causa, porque são provocados por um sistema de produção e consumo baseado na

• • • • •
 • ⁷ Idem, *Manuscritos Economía y Filosofía*, (I Manuscrito: *El trabajo alienado*; III Manuscrito: *Propiedad privada y comunismo*), Madrid, Alianza Editorial, 1985.

• ⁸ Ver MARX, Karl, *O Capital*, Cap. XIII, “*Maquinaria y gran industria*”, Fundo de Cultura Económica, México, 1975; ver ENGELS, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, Porto, Ed. Afrontamento, 1975.

• ⁹ A respeito da aprovação que Lenin teve do taylorismo, ver: LINHART, Robert, *Lenine, les paysans*, Taylor, Paris, Ed. du Seuil, 1976.

mesma matriz histórica. Talvez uma pressão menos intensa sobre a produção e um consumo mais discreto e controlado nas sociedades socialistas possam ter reduzido os efeitos devastadores sobre o meio ambiente; assim como a redistribuição equânime da riqueza produzida possa ter redistribuído equitativamente os efeitos dos problemas ambientais. Porém, na comparação entre os dois sistemas sociais, mais do que nos preocupar em identificar qual destes tenha sido historicamente mais devastador do meio ambiente e da natureza, seria interessante compreender que tipo de consciência social dos problemas ambientais (ou genericamente “consciência ecológica”) tem desenvolvido as sociedades capitalistas e as socialistas. Sabemos, no entanto, que qualquer afirmação a esse respeito não pode resultar de um pressuposto ou de uma dedução teórica, mas deve se apoiar em estudos empíricos conduzidos nos vários países de diferente desenvolvimento capitalista e de países que chegaram ao socialismo por vias diferentes e praticam diferentes formas de economia planificada.

A segunda, é que nos parece possível falar da indústria e dos problemas por ela provocados ao meio ambiente e à natureza, sem desviar a atenção dos problemas da devastação social praticada pelo capitalismo. De fato, existe uma relação histórica específica entre o sistema produtivo capitalista-industrial e a natureza, relação na qual a nature-

za é vista única e exclusivamente como reservatório de recursos produtivos, como conjunto de valores econômicos definidos pelo mercado. Os elementos naturais que, porventura, não são susceptíveis de avaliação monetária, podem até adquirir um certo tipo de valor social. Por exemplo podemos atribuir-lhes um valor artístico e recreativo, devido à sua raridade e beleza; ou um valor de exemplos de uma capacidade de sobrevivência extraordinária; ou também um valor didático, ou um valor de potencial objeto de pesquisa científica, assim como outros valores mais. Tais valores, no entanto, por mais nobres que possam ser socialmente, estarão sempre competindo em condições de inferioridade com o valor econômico¹⁰.

A simultaneidade da relação de dominação dos homens e da natureza pelos proprietários dos meios produtivos é mais evidente nos setores em que os bens naturais são diretamente apropriados como fatores produtivos (extrativismo vegetal e mineral, agricultura e pesca). Com efeito, é imediatamente claro que a monopolização dos bens naturais, como por exemplo, a terra ou a água pelos latifundiários, mantém pobres e dependentes os pequenos agricultores; assim como a apropriação privada de vastas áreas de garimpo ou de floresta escraviza o trabalho de garimpeiros e seringueiros. A indústria, por outro lado, é um processo de transformação da natureza muito mais elaborado e complexo, é um processo que necessita de um apa-

rato humano e tecnológico às vezes gigantesco. Isto torna imediatamente visíveis as relações sociais e as formas de exploração dos homens, mas mantém invisíveis os elementos da natureza que existem em seus processos produtivos e em seus produtos. É difícil para nós estarmos sempre conscientes de que o farto papel de que dispomos, e que é indispensável para nossa vida quotidiana, vem das árvores; perceber que nosso carro vem das entranhas da terra, do látex das florestas, da areia e do petróleo; pensar, a cada vez que acendemos uma luz ou utilizamos um eletrodoméstico, que a energia que os alimenta vem dos rios; ter sempre claro que nossa comida compete com as áreas de floresta, a pureza da água e a fertilidade do solo; ou que nosso transporte e nosso conforto nas cidades competem com a estabilidade climática etc., etc. Não faz muito tempo que começamos a nos preocupar pelo menos com o que vemos, de maneira que a poluição causada pelos dejetos no ar, na terra e na água já está ferindo os sentimentos no nível do senso comum.

A preocupação com a poluição é hoje geral e difusa, mas talvez não seja a mais relevante. A indústria como sistema produtivo é conatural às relações sociais capitalistas, não somente porque nasce dentro destas e porque representa a definitiva afirmação do capitalismo sobre qualquer outro modo de produzir anterior. Indústria e capitalismo estão em simbiose, porque qualquer

• • • • •
 • ¹⁰ Ver: EHRENFELD, David, *A arrogância do humanismo*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1992.

sistema de produção é, como dizia Marx, ao mesmo tempo um sistema de reprodução. Revendo o processo de expansão do capitalismo e da indústria, podemos observar que este se deu combinando o crescimento quantitativo dos materiais envolvidos (produtos e meios produtivos) e o desenvolvimento qualitativo dos processos produtivos (tecnologia). Hoje, nas formas de reprodução do capitalismo, tal desenvolvimento qualitativo aparece como principal e prioritário; porém o crescimento quantitativo permanece o objetivo final, porque produzir mais em menos tempo continua sendo a base da lucratividade das empresas e a medida da competitividade do sistema econômico de qualquer país.

As mais recentes mudanças em nível de desenvolvimento produtivo colocam em primeiro plano o problema relativo ao desemprego crescente, chamado tecnológico ou estrutural, dependendo da perspectiva de análise. A crescente importância da informatização dos processos produtivos e de sua standardização, leva à perda definitiva, sem retorno, de postos de trabalho em escala nunca vista antes, assim como destrói grande parte das economias que não conseguem acompanhar o ritmo de reconversão capaz de torná-las competitivas. Esta é, sem dúvida, a forma mais moderna de devas-

tação social produzida pelo capitalismo e que não somente provoca efeitos extremamente negativos nos indivíduos e no tecido social, mas é também a principal responsável dos atuais processos migratórios, massivos e sempre mais desordenados.

No entanto, não podemos perder de vista que, em sua incessante busca de crescimento da produção, a indústria ao mesmo tempo em que busca sempre novos processos tecnológicos, ainda é obrigada a seguir alguns caminhos que são imprescindíveis para a reprodução do sistema e que são caminhos que deixam rastros de devastação na natureza, e nas sociedades humanas. Entre os mais importantes caminhos obrigatórios para a indústria, temos o crescimento da química na produção e no consumo de materiais sintéticos, nos derivados de petróleo, nos insumos agrícolas, todos destinados a diminuir o tempo de produção, e todos comportando um alto risco de degradação do meio ambiente e da saúde humana. Também temos a expansão de um sistema energético que torna “o produto” energia uma mercadoria cuja venda deve ser crescente porque geradora de lucro, provocando, além de um crescente desperdício energético, pesadas e não controláveis intervenções sobre a natureza e sobre a população no caso das barragens, ou a perene exposição desta ao terrível perigo das radiações no caso das usinas nucleares. Ainda temos a expansão de um

sistema de transporte individual, com necessidade contínua de novas e mais amplas estradas e a crescente emissão de agentes poluidores com capacidade de influir sobre as mudanças climáticas; temos o paulatino esgotamento das reservas de recursos naturais não renováveis; a generalização de formas de ocupação do espaço que favorecem a aglomeração e a expansão dos centros urbanos, com decorrente degradação da qualidade de vida. Finalmente, não menos importante, temos o fortalecimento da indústria bélica, que mantém vivos focos de destruição de homens e natureza em diversas regiões do planeta e que exige contínuos testes de seus produtos sempre mais eficientes e poderosos¹¹.

Em todos estes caminhos do chamado desenvolvimento, a racionalidade na lógica do lucro capitalista coloca a mostra toda a insanidade do ponto de vista da convivência humana.

Porém, se é verdade o que Marx dizia, que cada coisa é grávida de seu contrário, então é possível enxergar as contradições desenvolvidas pelo capitalismo em vários âmbitos do processo de produção e reprodução. Além do conhecido enfrentamento direto entre as classes, em seus processos de concentração e centralização dos meios produtivos, o capitalismo desenvolve também contradições político-ideológicas que levam ao despartar de identidades regionais



¹¹ Ver: BECKENBACH, Frank, La politica economica de costi sociali, *Capitalismo, Natura e Socialismo*, Roma, DataneWS Editrice, settembre-dicembre, 1995.

que, após terem sido mantidas encobertas em mais amplos sistemas nacionais ou federativos, reivindicam autonomia, visibilidade e, sobretudo, uma diferente posição no mercado internacional e na geopolítica mundial. Assim como desenvolve contradições sociais que se manifestam pelos perturbadores processos migratórios, espontâneos, absolutamente não regulados e que mais se assemelham a cegas fugas de populações que abandonam suas regiões ou seus países destruídos pelo desemprego, pela fome ou pela guerra. E também desenvolve contradições em suas relações com a natureza, tanto no sentido de que as formas de sua exploração estão minando as bases de sua produção material e de sua reprodução social, quanto no sentido de que a devastação da natureza e a degradação do meio ambiente atingem as populações em grau e intensidade diferentes, abrindo novos caminhos para as reivindicações de equidade e justiça social.

Concluindo, podemos dizer que, face a estas diferentes contradições, temos que reconhecer a existência de diversas frentes de luta anticapitalistas, travadas em planos sociais e políticos que não necessariamente passam pela organização do embate direto entre burguesia e proletariado, entre imperialismo e desenvolvimentismo nacional, entre capitalismo e socialismo. As lutas ecologistas ou ambientalistas são fenômenos nascidos das entranhas do capitalismo e desenvolvido junto com suas contradições, porém cresceram histo-

ricamente separadas do fenômeno do socialismo; tão separadas que nas sociedades socialistas nunca ganhou importância qualquer setor social que manifestasse uma clara preocupação com a natureza e o meio ambiente. Não obstante isso, a luta contra a deterioração do meio ambiente e pela qualidade de vida, a luta pela preservação do espaço público, pela preservação das fontes de energia, pelo reconhecimento da natureza como algo que vai muito além de um reservatório de recursos econômicos e produtivos e, por isso, a luta pela defesa dos antigos e importantes ecossistemas naturais e da biodiversidade, assim como a que reivindica a abolição do militarismo e da guerra como meios de resolver interesses conflitantes, hoje mais que ontem, são todas lutas anticapitalistas tão importantes quanto aquelas que são travadas contra a exploração e dominação de classe, contra a concentração da riqueza, contra a espoliação dos povos sem capital e contra a marginalização das populações em fuga. No final, todas são imprescindíveis se quisermos construir uma sociedade nova, mais justa, mais igualitária, na qual, como pensava Marx, os homens possam finalmente se reumanizar e a natureza se renaturalizar por meio de um novo processo de produção social consciente.

Rio de Janeiro, agosto de 1998